

A cognição humana na História da Linguística

HELEN SANTOS ALVES
(Universidade do Minho)

Em 1984, celebrou-se o 25º aniversário da Associação Linguística da Grã-Bretanha. Foram convidados dois linguistas de renome: o Professor R. H. Robins, considerado o decano dos linguistas britânicos, e a Professora V. A. Fromkin, membro da direcção da Linguistic Society of America, apresentada como símbolo internacional da natureza unitária da linguística. A obra de ambos estes linguistas reflecte grande largueza de vistas, em especial no que se refere ao tratamento dos fenómenos linguísticos como instâncias de processamento psicológico, cognitivo, em oposição aos de interacção social.

Dentro da linguística britânica, viu-se processar esta transição claramente ao passar-se da personalidade dominante de Firth para a de Chomsky e, nos últimos anos, com maior clareza ainda, no trabalho de Sperber & Wilson, resultante da gramática generativa, especialmente em relação ao *performance* linguístico que, segundo eles, se torna possível através de três espécies de conhecimento: o lógico, o da gramática ou competência linguística, e aquele que se encontra na memória, o não-linguístico, que inclui a nossa consciencialização do contexto.

Cada um destes conhecimentos encontra-se presumivelmente determinado, em parte geneticamente e em parte por idiosincrasias. Segundo Fodor (1975), só se tem a possibilidade da aprendizagem do significado dos termos lexicais de uma língua se já se possui o domínio de um sistema representativo, ou expressivo, equivalente. Assim, para que uma criança possa entender o sentido, por exemplo, de um termo causal, ela tem de possuir já uma relação causal semântica onde possa delinear esse termo.

Conclui Smith (1985) que a origem desta noção da causalidade deve então, ou encontrar-se nas sequências dos acontecimentos apreendidas pela criança, e que serão subsequentemente interpretadas como causais, ou ela já tinha este sentido causal presente como parte do seu sentido inato. Se fosse a primeira

hipótese a verdadeira, haveria diferenças de sentido e no uso das expressões causais de criança para criança, devido às experiências diversas de cada uma delas, o que, afinal, não acontece. A segunda hipótese, por isso, apresenta-se como a mais aceitável visto haver uma relativa uniformidade no sentido e no uso dessas expressões causais. É justamente devido à existência das regras de uma gramática representativa da competência linguística, na produção e na compreensão das frases, que se torna possível fazer juízos sobre o seu sentido causal. No entanto, Chomsky, em 1984, desafiou uma das suposições básicas, dizendo que estas regras são um epifenómeno e que as únicas construções requeridas pela linguística são as que provêm dos princípios universais a funcionarem sobre estruturas definidas apenas pela informação lexical.

Isto leva-me a pensar nas palavras de Humboldt (1836), que já no seu tempo tinha chegado à conclusão de que ninguém podia, na verdade, ensinar uma língua a outrem. Era apenas essencial apresentar àquele que queria aprender uma língua qualquer as condições necessárias para que a sua capacidade inata pudesse apreender as regras dessa língua. Estas condições basear-se-iam nos dados linguísticos, e mesmo não-linguísticos, que ele iria, por si só, apreendendo das coisas que via, ouvia, e sentia. As tais condições seriam apresentadas, quer propositadamente, no caso do ensino feito intencionalmente, quer espontaneamente, sem nenhuma intenção senão aquela que vem naturalmente do esforço de cada um tentar chegar à compreensão daquilo que ouve dizer.

Embora seja a língua portuguesa a que está em evidência neste Encontro, tanto por razões de ordem natural, no que se refere ao valor da nossa língua e da cultura que representa, como pela homenagem que se quis fazer ao nosso Colega, o Professor Doutor Azevedo Ferreira, não vou referir-me especialmente a ela, visto não pertencer ao Departamento de Português. Vou antes referir-me à história geral da linguística, pois que tudo o que se vai passando na história de qualquer língua humana tem inegável interesse, tanto mais que há uma grande procura das regras linguísticas, e mesmo não-linguísticas, de cunho universal, que o ser humano possui ou vai possuindo. Isto por se estar a verificar, cada vez mais, que somente a hipótese de uma capacidade inata existente em todo o ser humano pode explicar os fenómenos linguísticos, assim como os fenómenos do comportamento humano, tão semelhantes de indivíduo para indivíduo. Somente por este único facto é lícito chegarmos à aceitação da existência das regras universais que procuramos conhecer.

Apesar de haver grandes diferenças entre as muitas línguas humanas, e grandes diferenças de comportamento entre umas e outras pessoas perante certas circunstâncias, não se pode deixar de notar que, na verdade, existem semelhanças básicas que se encontram mascaradas pelas modificações que se vão dando à superfície e que nos levam *a priori* a uma interpretação diversa daquilo que, de facto, são. As diferenças existentes advêm dos vários contextos que nos rodeiam: provocadas por áreas geográficas diversas, umas desérticas, outras pujantes de florestas; por condições climatéricas opostas de região para região, umas de clima excessivamente quente, fazendo com que as pessoas aí se sintam à vontade de troncos nus e pés descalços; outras excessivamente frias

onde as pessoas necessitam de agasalho ao ponto de terem de proteger os seus rostos desse frio intenso; outras regiões intensamente chuvosas onde o sol lhes aparece como maravilha rara; outras privilegiadas de clima quase sempre agradável e que as levam naturalmente a ser mais preguiçosas. É, de facto, natural que as características do ser humano sofram transformações provocadas pela abundância ou não das coisas de que precisam ou desejam. Sabemos, por exemplo, como os Eskimós têm um grau elevadíssimo de conhecimento da neve, possuindo para cada uma das diversas etapas de formação dela um termo próprio, suando para cada uma das diversas etapas de formação dela um termo próprio, tal como em Inglês existe o termo lexical *snow* para a neve branca e fôfa, enquanto que há outro termo, *slush*, que se refere à neve já misturada com a água da chuva e a terra negra, tornando aquela brancura agradável à vista numa mistura de aspecto sujo e húmido que antecede o seu desaparecimento. Em Portugal, por exemplo, há áreas onde quase nunca, ou mesmo nunca, se vê cair neve, e qual não é o espanto das pessoas habituadas a vê-la quando ouvem os habitantes dessas áreas a chamarem neve à cobertura branca que aparece nas montanhas cheias de orvalho!

Se retirarmos momentaneamente do pensamento as circunstâncias que divergem de uma parte do mundo para outra, veremos as semelhanças que existem entre todos os homens (e mulheres!) da Terra. Qualquer ser humano, encontrando-se num ambiente que lhe seja novo, comportar-se-á de um modo semelhante aos que o habitam, apenas permanecendo nele aquelas diferenças psicológicas e físicas que ficaram das dificuldades ou facilidades que encontrou no estilo da sua vida anterior.

O mesmo acontece no que se refere à aquisição da linguagem. Todos os habitantes de um país conseguem entender-se uns com os outros, embora com as dificuldades que provêm dos variados dialectos que se vão formando devido à falta de contacto constante entre as diversas comunidades mais ou menos afastadas. Como diz Robins (1979), os falantes de cada comunidade vivem num mundo diferenciado. [...] Muitos dos pormenores de um modo de vida de um povo estão verbalizados [...] embora não se encontrem prontamente disponíveis as traduções equivalentes. Conclui por dizer que a descrição de uma cultura, que tenha incluída em si algum conhecimento da língua ou línguas dessa cultura, será mais penetrante e reveladora. Chomsky (1975), por sua vez, refere-se à língua de cada pessoa como uma construção rica e complexa, embora desesperadamente incompleta, na transmissão de informação. Segundo ele, a questão que se põe não é se a aprendizagem pressupõe uma estrutura inata, visto que a pressupõe claramente. A questão é sabermos o que estas estruturas inatas realmente são em cada domínio.

Quanto à ciência da linguística propriamente dita, Robins (1985) fala-nos da existência em Londres, pela primeira vez só em 1945, de uma disciplina de linguística geral, numa época em que a 2ª Guerra Mundial chegava ao seu fim. Fala-nos da influência de Firth na Grã-Bretanha, do Círculo de Praga no Continente Europeu, e da publicação pela primeira vez da revista *Lingua* na Holanda, e de como tudo isto simbolizava o renascimento europeu da linguística geral.

A área mais forte dos estudos linguísticos nos primeiros anos do pós-guerra encontrava-se nos Estados Unidos da América do Norte. Com o par extraordinário de estudiosos que foram Sapir e Bloomfield, a linguística americana, na década dos anos 30, encontrava-se no seu mais alto cume e representava um corpo coeso em teoria e em metodologia num mundo muito receptivo às suas iniciativas.

Em 1957, o famoso livro de Chomsky, intitulado *Syntactic Structures*, foi entusiasticamente recebido por representar uma revolução científica (Lees, 1957 e outros). O conceito-chave desta revolução era o da transformação sintáctica, já formalizado de um modo um tanto diferente pelo seu professor Z. Harris em 1952. Hockett (1965) considerou a teoria de Chomsky como sendo uma hipótese representativa de uma responsabilidade exacta, e Katz & Postal (1964), como sendo uma tentativa para a revelação da natureza da mestria que um falante fluente possui da sua língua. Dizia Chomsky (1979): "o linguista está interessado naquilo que as gramáticas tradicionais *não dizem*, está interessado em princípios, não está preocupado em 'apelar à inteligência do leitor', mas sim em procurar 'caracterizar explicitamente essa inteligência'."

O trabalho encetado com o estudo das línguas dos Índios Americanos durante a primeira metade deste século, e em que Sapir e Bloomfield foram os teorizadores principais, demonstrou que havia uma grande necessidade de metodologias explícitas, levando-os à incorporação de processos de descobrimento dentro das exposições formais das teorias linguísticas.

Firth, na Grã-Bretanha, seguiu um ponto de vista antropológico da linguística como parte da ciência do homem dentro da sociedade, e a força da sua teoria contextual da linguagem veio em grande parte do trabalho de Malinowsky (Firth, 1957). Nessa altura, a linguística é considerada como sendo uma ciência puramente empírica.

Chomsky (1972), no entanto, apresenta a linguística como sendo um ramo da psicologia cognitiva. Diz-nos Robins (1985), que a maior revolução conseguida por ele, não foi a introdução, ou a reintrodução, de transformações na teoria e no método da gramática, mas a introdução da linguística como ramo da psicologia, o que requer um nível mais alto de adequação, a explicativa.

Lembra-nos que há mais de 2000 anos já Dionísio de Trácia (c.100 BC) dizia que a Gramática (ou Linguística) era o conhecimento empírico do uso geral dos poetas e escritores em prosa, enquanto que os Bizantinos punham o empirismo, *empeiria*, em terceiro lugar num campo hierárquico de quatro níveis a atingir. Encontrava-se explicitamente distinto do seu superior, *techné*, pela sua dependência na observação cumulativa sem a inclusão de uma compreensão teórica interna do assunto, *logos*, tal como caracteriza a *techné*. Os estoicos, considerados os autênticos fundadores da linguística sistemática na Europa Ocidental (Pohlenz, 1939), mantinham uma distinção semelhante entre a *techné* e a *empeiria* e colocavam a linguística na filosofia como meio de chegar ao conhecimento da mente e como ponto de partida certo para a dialéctica (Helgard, 1901). Assim se apresentava a linguística como parte da psicologia cognitiva semelhante à teoria de Chomsky que tem sempre procurado este

apoio histórico nos seus estudos sobre as línguas humanas (Bever, Katz & Langendoen, 1977).

Também os escolásticos dos últimos anos da Idade Média seguiram uma teoria da linguagem psicologicamente orientada. Pelo menos a partir do século XII, havia a exigência da procura de uma gramática teórica explicativamente adequada. As *Causae*, ou explicações baseadas em princípios, eram o termo-chave do que viria a ser uma das mais importantes revoluções no pensamento linguístico (Robins, 1985). Esta teoria geral diz claramente que "a linguagem é como é, por ser determinada pelas capacidades cognitivas activas da mente humana, os *modi intelligendi*".

O humanismo renascentista e o classicismo renovado rejeitaram a gramática escolástica, mas permaneceu o conceito das *Causae*. A maior parte dos filósofos dos séculos XVII e XVIII revelam traços das duas correntes e Campanella, no século seguinte, reconheceu as reivindicações legítimas de ambos os caminhos escolhidos para o estudo da gramática.

Vaugelas e os gramáticos de Port-Royal também se preocupavam com a gramática como sendo formada por um conjunto de regras. No entanto, Vaugelas via essas regras baseadas no uso dos falantes e escritores conceituados, enquanto que os gramáticos de Port-Royal as viam como derivadas das categorias do pensamento e da lógica (Robins, 1985).

No século XIX surge a linguística historico-comparativa considerada, com justiça, como sendo a maior realização linguística dentro do campo geral da ciência. Representa, no entanto, a ascendência da linguística observacional empírica. As regras de Grimm sobre as mudanças históricas dos sons alemães foram consideradas como sendo de um valor superior a muito da teoria da linguagem filosófica apresentada em obras plenas de abstracção vazia (Pott, 1833).

Os *neogramáticos* preocupavam-se com a aquisição e o estudo dos dados por excelência e com as regras que os governavam. Embora esta preocupação seja de índole necessária dentro de qualquer ciência, o abandono da especulação representa uma negligência do trabalho fecundo de linguistas anteriores. Mas foi uma escola mercedamente dominante, ao ponto de Robins (1979) afirmar que muita da nossa teoria da linguística, em especial da histórica, não poder ter tido a forma que hoje tem sem ela. Diz que, neste sentido, os neogramáticos fazem parte da cena linguística contemporânea, que somos todos agora *neogramáticos*. Diz também que nos últimos anos do século XIX, a linguística tinha-se aliado à psicologia e às ciências sociais com Whitney, Saussure e Meillet, por exemplo, e que foi neste contexto geral que, ao entrarmos no século XX, alguns dos primeiros professores dos linguistas da nossa geração aprenderam e serviram a linguística (Robins, 1985).

Robins chega à conclusão de que nos encontramos presentemente numa posição privilegiada de podermos olhar para o objecto do nosso estudo, que é a língua humana, tanto por dentro, como por fora. Cada estudioso tem de escolher o seu próprio caminho, reconhecendo sempre o valor dos caminhos seguidos pelos outros. Lembra que há cada vez mais interesse no que se pensou da linguagem humana no século XVII e isto por naquele século, considerado o

“sécuro do génio” (Chomsky, 1972), os dois caminhos, o da *grammatica philosophica* e o da *grammatica civilis* serem contrastados e debatidos tão profundamente como o estão a ser contemporaneamente.

Fromkin (1985), embora generativista assumida, sempre receou aderir doutrinariamente a qualquer escola do pensamento, especialmente se esse facto resultasse da falta de investigação dos conhecimentos teóricos e intuitivos de estudiosos de persuasões diferentes.

Infelizmente, em sua opinião, não há, *a priori*, princípios que nos possam informar sobre que espécie de gramática a mente de uma criança ou de uma pessoa adulta tem a capacidade de construir. Ao contrário da afirmação feita por Fournier, em 1887, de que a fala era a única janela através da qual o fisiólogo podia observar a vida cerebral, há outros processos cognitivos que podem servir de janelas para se observarem os processos cerebrais não-linguísticos, embora estes sejam secundários em relação ao papel da linguagem na revelação das suas capacidades e das formas das gramáticas que lhe é possível adquirir (Fromkin, 1985).

Como evidência de que bastavam as provas linguísticas para se chegar ao conhecimento do cérebro humano no que se relaciona com a linguagem propriamente dita, Fromkin (1985) refere-se aos dados que tem sobre os erros da fala relacionados com os traços distintivos, substituições de palavras, frases idiomáticas, jogos linguísticos, o papel das experiências psicolinguísticas, dados provenientes da afasia ou da dislexia, das linguagens de sinais, e do processo do desenvolvimento. O estudo baseado nos dados provenientes da afasia está a ter um papel cada vez maior na procura das bases biológicas da aquisição da linguagem. Acontece também que todos estes dados parecem servir de garantia quanto à hipótese de que a estrutura básica das unidades do sistema linguístico não deriva da cognição humana mais geral.

Sabe-se agora através da investigação das linguagens de sinais, que as suas semelhanças básicas com as linguagens faladas são maiores do que as suas diferenças. O cérebro humano está organicamente equipado para as linguagens de qualquer modalidade visto que as espécies de linguagem que podem ser adquiridas não são determinadas pelos sistemas motores ou perceptuais, mas por mecanismos cerebrais de ordem superior. Os utilizadores das linguagens de sinais, ao se encontrarem danificados no hemisfério esquerdo do cérebro, demonstram uma afasia semelhante àquela que acontece na linguagem dos falantes. Diz Fromkin que o estudo da afasia das pessoas surdas, juntamente com o estudo neurolinguístico da afasia das pessoas normais, têm demonstrado a existência de uma clara distinção entre as capacidades de processamento linguístico e não-linguístico do cérebro. Por isso, chega à conclusão de que o facto de não serem afectados nem o sistema perceptual nem o sistema motor *per se*, mas apenas os aspectos linguísticos destes sistemas, dá apoio à teoria da separação do conhecimento linguístico do do comportamento geral e dos outros sistemas cognitivos.

Termino com as últimas palavras de Fromkin nesse Aniversário e que reputo de alimento espiritual para os linguistas em geral e, neste caso especial, para os

linguistas portugueses. Diz ela, ao terminar, que parece termo-nos tornado numa ciência humanizada, provavelmente sem o sabermos. Mas que nos podemos encorajar com este facto e concordar, pelo menos em parte, com Sapir, quando disse há uns anos:

[...] a linguística também possui aquela qualidade profundamente serena e satisfatória que é inerente à matemática e à música e que pode ser descrita como a criação oriunda dos elementos simples de um universo de formas completo em si mesmo. A linguística nem tem o poder majestático nem instrumental da matemática, nem tem a atracção estética universal da música. No entanto, sob o seu aspecto técnico e intratável, encontra-se escondido o mesmo espírito clássico, a mesma liberdade restringida, que animam a matemática e a música na sua maior pureza.

BIBLIOGRAFIA

- BEVER, T. G. ; KATZ, J. J.; LANGENDOEN, D. T. (eds.), (1977), *An Integrated Theory of Linguistic Ability*, Hassocks: Harvester Press.
- BLOOMFIELD, L. (1935), *Language*, London: Allen and Unwin.
- CHOMSKY, N. (1972), *Language and Mind* (Enlarged Edition), New York: Harcourt, Brace, Jovanovich.
- (1984), "Changing perspectives on knowledge and use of language", M.I.T. (Mimeo).
- FIRTH, J. R. (1957), *Man and Culture: An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*, London: Routledge.
- FODOR, J. (1975), *The Language of Thought*, New York: Crowell.
- FROMKIN, V. A. (ed.), (1980), *Errors in Linguistic Performance: Slips of the Tongue, Ear, Pen, and Hand*, London: Academic Press.
- FROMKIN, V. A. (1985), "Evidence in Linguistics", *Linguistics and Linguistic Evidence - the LAGB Silver Jubilee Lectures 1984*, p. 18-38.
- HARRIS, Z. S. (1957), "Co-occurrence and transformation in linguistic structure", *Language* 33, p. 283-340.
- HOCKETT, C. F. (1965), "Sound Change". *Language* 41, p. 185-204.
- HUMBOLDT, W. von (1836), *Über die Verschiedenheit des Menschlichen Sprachbaues*, Berlin. (Reeditado), Darmstadt: Claassen & Roether (1949).
- KATZ, J. J.; POSTAL, P. M. (1964), *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions*, Cambridge, Mass: MIT Press
- KEMPSON, R. M. (1988), "The Relation between Language, Mind, and Reality", KEMPSON, R. (ed.), *Mental Representations: The Interface between Language and Reality*, Cambridge, C.U.P., p 3-25.
- LEES, R. B. (1957), "Review of Noam Chomsky (1957)", *Language* 33, p. 375-408.
- ROBINS, R. H. (1979), *A Short History of Linguistics*, Longman.
- (1985), "Linguistics in 1984: Retrospect and Prospect", *Linguistics and Linguistic Evidence - the LAGB Silver Jubilee Lectures*, p. 1-17.
- SAPIR, E. (1925), "Sound Patterns in Language", *Language* 1, p. 37-51.
- SMITH, N. V. (1985), "Relevance Theory and First Language Acquisition", ALVES, H. O. (ed.), *Encontro de Linguistas-Actas*, Braga: Universidade do Minho, p. 43-63 (Tradução em português de Helen Santos Alves, p. 107-129)
- SMITH, N. V. (1985), "Preface", *Linguistics and Linguistic Evidence: the LAGB Silver Jubilee Lectures 1984*.
- SPERBER, D.; WILSON, D. (1986), *Relevance - Communication and Cognition*, Oxford: Blackwell.
- WILSON, D.; SPERBER, D. (1985), "An Outline of Relevance Theory", ALVES, H.O. (ed.), *Encontro de Linguistas - Actas*, Braga: Universidade do Minho, p. 19-41 (Tradução em português de Helen Santos Alves, p. 81-105)